

Mariscagem em Batateira: cognição, classificação e apropriação de recursos ambientais¹

Uliana Esteves²

RESUMO: Nesta comunicação propomos apresentar as formas de reconhecer, classificar e apropriar de recursos naturais pela comunidade pesqueira de Batateira, situada na região do Baixo Sul baiano, resultantes da pesquisa etnográfica realizada na comunidade Batateira no período compreendido entre 2006-2007. Nesta comunidade, a coleta de moluscos e crustáceos no manguezal constitui a principal atividade econômica, sendo realizada por homens e mulheres. Para dar conta da proposta, dialogamos com as categorias analíticas de meio ambiente, cognição ambiental, buscando inspiração na proposta da etnoecologia, e gênero. Deste modo, a cognição ambiental é analisada através das classificações atribuídas aos diversos tipos de mangue, às marés e à fauna. Já a apropriação dos recursos é analisada através da atividade extrativista. Devido à importância da participação feminina nesta atividade, dá-se enfoque especial a visibilidade do trabalho feminino e às possíveis implicações na suas rotinas diárias e nas suas vidas.

PALVRAS-CHAVE: cognição ambiental, mariscagem, gênero.

UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE DE BATATEIRA

O povoado de Batateira está localizado no município de Cairú, a 306 km de Salvador na região Baixo Sul da Bahia. Caracterize-se como um bairro rural da vila Garapuí. Localizado na ilha de Tinharé, o povoado está separado da vila pela vegetação local remanescente.

Os mais importantes ecossistemas dessa região são os recifes, os estuários, os manguezais, as restingas, a Mata Atlântica, lagoas e brejos (DIEGUES, 1990). Batateira encontra-se em uma área de estuário, sem acesso direto ao mar. O complexo de ambientes do local é constituído basicamente pelo estuário³, pelo manguezal⁴ e pela vegetação de restinga⁵.

¹ “Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.”;

² Antropóloga graduada pela Universidade Federal da Bahia.

³ “Desembocadura ou foz de rio alargada e extensa, como uma baía fechada e estreita, onde se misturam água doce e salgada ao sabor da correnteza fluvial e dos fluxos de marés do mar” (<http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/estuario.htm>)

⁴ “Sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais e animais adaptados a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade.” (GLOSSÁRIO DE ECOLOGIA-ACIESP, 1987 apud DIEGUES, 1995).

⁵ As características da vegetação de restinga podem ser exemplificadas, ainda que de forma simplificada pela seguinte descrição: “Na praia e na anteduna (faixa entre o limite da maré alta e início das dunas) encontram-se plantas rasteiras. Nas dunas ou morros de areia (nem sempre presentes), avistam-se bromélias e cactos de até 3m de altura, enquanto as porções de dunas que são fixas revelam-se cobertas por vegetação compacta de 3 a 5m. nos arredores de lagoas, ou em solos ricos em água e matéria orgânica, a restinga é densa e alta como mata, chegando a atingir 10 a 12m, com algumas árvores de 15m.” (EMBRAPA, 1996).

As principais transações comerciais estabelecidas pelos moradores de Batateira são realizadas no município de Valença, há cerca de duas horas do povoado. Valença é o principal local de venda dos mariscos coletados. A comunidade também estabelece relações com Garupá, pois daí utiliza serviços de saúde e educação.

Em certo sentido, pode-se falar em um “isolamento relativo” da comunidade. “Isolamento” visto que as características geográficas dificultam o deslocamento, que é agravado pelo pouco sistema de transporte marítimo. Já o sentido de “relativo” deve-se ao contato com outras comunidades via comercialização dos mariscos, as quais se encontram sob influência do turismo. Ponto importante de se observar é a chegada da televisão que também favorece o contato com a realidade “fora povoado”. Os aparelhos existentes têm como fonte de energia baterias de carro, que são recarregadas em Valença.

A circulação de dinheiro dentro da própria comunidade é restrita, porém constitui uma das estratégias de aquisição de bens e produtos necessários para seus membros. Alguns bens são comercializados como, por exemplo, pão, banana, abacate, melancia, peixe, caça e bebida que são vendidos e consumidos internamente. Alguns serviços são prestados no interior da comunidade como o de babá. Já utensílios domésticos, roupas, bijuterias são comprados por encomenda através do sistema de vendas em mídia impressa (revistas). Esse tipo de comércio é bastante apreciadas pela comunidade.

Não existe sistema de abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo nem, como foi dito anteriormente, escola ou posto de saúde. A luz utilizada é proveniente de candeeiro, embora haja algumas casas que utilizam bateria de carro como fonte de energia para televisão e aparelho de som. A água consumida vem das “fontes”, que são minadouros de água. A mesma fonte é utilizada para obter água de cozinhar e beber bem como utilizada para lavar roupas e tomar banho. No local existem 17 residências. Destas, onze são construídas com materiais locais, ou seja, são construções de pau-a-pique as quais a comunidade chama de “taipa”. O povoado tem população total de 59 pessoas, sendo 13 mulheres, 15 homens e 31 crianças.

A ocupação territorial de Batateira se deu por dois motivos: um foi pela apropriação do manguezal como meio de subsistência e, assim, a possibilidade de realização de uma atividade produtiva. Dessa forma, o sustento da população depende do manguezal, onde trabalha a maioria dos moradores. Isto permite compreender a importância deste ecossistema

para a constituição do povoado. Ressalte-se que o mangue significa não apenas um ecossistema, mas, sobretudo, significa a atividade produtiva, no caso a mariscagem, atividade essencial para a economia local.

O outro motivo foi a possibilidade de ter moradia. O acesso ao terreno para a construção das casas após a ocupação inicial é facilitado pelos laços conjugais e pelas relações de parentesco. Todos os moradores são parentes e estão ligados entre si a partir de uniões estabelecidas entre os membros das três famílias principais que deram origem às outras uniões. Este vínculo possibilita a expansão do acesso à terra, permitindo que os recém-casados, ou parentes próximos construam casas, a partir da permissão dos que já moram lá.

Uma vez que os moradores de alguma forma são relacionados uns aos outros pelo parentesco, a reciprocidade, entendida aqui como a experiência da retribuição e a necessidade de cooperação (Lévi-Strauss, 1982), configura-se como um elemento estrutural e estruturante para a constituição da rede de sociabilidade e, por conseguinte da sobrevivência do povoado. Esta reciprocidade acaba por gerar uma série de arranjos de sobrevivência que facilitam a vida cotidiana, a exemplo de troca de alimentos em caso de necessidade.

Outro aspecto interessante é o deslocamento da população para fora do seu espaço social. Para a população qualquer lugar fora de Batateira, ou da região, é visto como um lugar amedrontador. Poucos são os que conhecem Salvador, enquanto que a cidade de São Paulo é um lugar violento e “intangível”, já “fora do Brasil” é um lugar onde acontecem guerras, terremotos, violência e ondas gigantes. Batateira ainda é o melhor lugar para viver e criar os filhos, apesar de todas as dificuldades, como vêem seus residentes.

Neste sentido, compreendem-se os elementos agregadores fundamentais para a formação do povoado: o manguezal, como um espaço natural produtivo; o acesso à terra para construção de moradia possibilitada pelas relações de parentesco; e a reciprocidade caracterizada pela ajuda mútua entre os moradores a partir da “urgência da necessidade” a qual configura os requintes da divisão e da distribuição, como afirma Lévi-Strauss (1982).

APROPRIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS: MARISCAGEM

A mariscagem é um trabalho de coleta sendo usados termos como “pegar” e “tirar” para definir a ação produtiva. Ivo (1975) identifica esta coleta como um subsistema da pesca, já Nunes (1988) identifica como o trabalho, no manguezal, das mulheres coletoras na categoria da pesca. No entanto, há que se notar que a mariscagem, ou o trabalho de coleta no manguezal, possui aspectos simbólicos, econômicos e ecológicos distintos da atividade pesqueira, sobretudo da pesca em oceano.

O trabalho de mariscar é realizado geralmente em grupo ou no mínimo em duplas. Isto pode ser associado a diversos fatores como a própria solidariedade, a companhia ou a proteção em relação aos riscos do trabalho. Embora os resultados da atividade sejam divididos no máximo dentro da unidade doméstica, esta não é uma atividade que se desempenha de forma solitária.

Em Batateira, as espécie obtidas com a coleta de marisco e comercializadas, representando a fundamental fonte de renda para a população, são o caranguejo e a lambreta. A ostra também é comercializada quando encomendada. As técnicas de coleta e captura são diferenciadas para cada marisco. Existem muitos locais que os moradores costumam mariscar, alguns chegam a ficar há três horas de distância do povoado. Quando não a pés, os moradores utilizam canoa ou animal, jegue ou mula, para ir ao mangue escolhido.

Os trabalhadores e trabalhadoras do mangue avaliam esta atividade em aspectos positivos e negativos. Para a população que vive da mariscagem, o trabalho é “na mesma da hora bom e é ruim”. O principal aspecto positivo é o fato de trabalharem para si mesmos, além de não terem horário fixo. Neste sentido, identificam a liberdade como um ponto positivo da mariscagem. Por outro lado, a baixa remuneração e o esgotamento físico do corpo são os aspectos considerados negativos, bem como o risco que acompanha o trabalho no manguezal.

A atividade realizada no manguezal estaria relacionada ao trabalho feminino, pois, para as comunidades pesqueiras, este espaço está associado à terra, que por sua vez é um espaço de identificação feminina, em oposição ao mar que seria de identificação masculina (WOORTMANN, 1991). Deste modo, a associação à identidade “marisqueira” é feita pelas mulheres. Neste sentido, em Batateira, sobretudo as mulheres se identificam desta forma. Os homens preferem ser chamados de trabalhadores do mangue ou pescadores, e de uma forma muito tímida poucos se identificam como marisqueiros. Em Vitória do Espírito Santo, os homens que trabalham com a coleta de caranguejos se identificam como “caranguejeiros”

(ALVES, 2004). Em última análise, os aspectos simbólicos do mangue e da produção tradicional direcionam a identificação apenas das mulheres como marisqueiras.

A pesca como vimos é uma atividade basicamente masculina, de tal modo que em comunidades que vivem do mar, o trabalho feminino é praticamente invisível (BECK, 1989). Em comunidades que tem acesso a esses dois ecossistemas, mar e manguezal, o mangue torna-se um espaço ligado à mulher. No trabalho de Woortmann (1991), as mulheres recorriam ao mangue quando havia necessidade de complementar a alimentação e não como trabalho, posteriormente, no tempo de dificuldades financeiras, a mariscagem assumia um papel complementar na renda familiar, mas nunca uma atividade principal ou de status social superior ou igual à pesca.

Aspectos econômicos confluem para a identificação diferenciada entre homens e mulheres. Em Batateira, as mulheres afirmam que quem pesca tem mais poder, pois ganha mais. Neste sentido, a pesca é uma atividade mais rentável que a mariscagem. Portanto, em termos comparativos, a pesca teria um status social superior à mariscagem. A identidade marisqueira seria assim uma identidade feminina e, portanto, socialmente inferior à identidade masculina de “pescador”. Ressalte-se que devido às características ambientais dessa comunidade, à mulher resta pouca ou quase nenhuma alternativa de realização de atividade produtiva visto que a ela é negado o acesso ao mar, através de tabus, e visto a dificuldade de cultivo da terra.

A pesca e a caça são atividades produtivas importantes para a população, no entanto, ambas assumem caráter de subsistência, contribuindo para a diversidade da dieta familiar. Muitas vezes, possuem características de atividade de lazer, praticada nos finais de semana, como é o caso da pesca. A pesca também é realizada para comercialização, no entanto, se dá internamente ao povoado, não atinge uma escala passível de comercialização fora do local.

Existem diversas limitações para a realização da pesca em Batateira. Uma grande limitação é a falta de acesso ao mar. A pesca no estuário é dificultada por elementos de caráter social, tais como a falta de energia elétrica, que impossibilita o armazenamento do pescado, inexistência de transporte necessário para a comercialização diária em centros receptores dos produtos, bem como o alto valor dos insumos necessários à pescaria. As artes de pesca utilizadas, como a tarrafa e a rede, precisam ser compradas e são caras frente ao baixo poder aquisitivo local. Por outro lado, as embarcações necessárias para a pesca em alto mar também possuem um valor muito alto.

No que se refere à caça, esta é uma atividade realizada em âmbito mais reduzido que a pesca. A caça também possui característica de funcionar como uma alternativa de acesso à proteína animal, sendo consumida no interior do grupo doméstico. A comercialização da caça é muito reduzida, sendo praticada apenas localmente.

Deste modo, compreende-se que em termos de relevância social e econômica a mariscagem assume grande importância para a população seguida da pesca e da caça, as duas últimas como atividades preponderantemente de subsistência.

COGNIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO AMBIENTAL

A atividade produtiva realizada no manguezal é a via que estabelece a interação da população com o ecossistema. O trabalho de coleta de moluscos e crustáceos é possibilitado, em última análise, pelo conhecimento que a cultura local constrói sobre o ambiente. Os moradores de Batateira estabelecem e codificam as relações entre fauna, flora, aspectos físicos, como a variação de marés, e químicos, como a decomposição de matéria orgânica. Este “estoque de conhecimento” define o estabelecimento de técnicas de coleta e rotinas de trabalho.

O sistema produtivo pode se constituir como uma ligação importante entre a dinâmica populacional, a organização social, a cultura e o meio ambiente (ORLOVE; 1980). No caso de Batateira, a cultura acaba por definir as formas de apropriação dos recursos naturais, sistematizadas na atividade da mariscagem. Este “fazer” é ligado a um saber que organiza e classifica o ambiente, e vice-versa. Fazer e saber ambos se retroalimentam conforme a perspectiva dialógica entre cultura e conhecimento (Morin, 2005). Nesse sentido, só é possível falar de uma realização de atividade da mariscagem a partir do domínio que classifica e organiza o ecossistema manguezal. Isso porque o conhecimento e a prática se relacionam dialogicamente de modo que este saber está ligado a um fazer, a uma cultura prática, como sugere Vietler (2002)

Pensar tessitura da atividade de mariscagem nessa malha simbólica nos remete à característica da “praticabilidade” do senso comum ou do “saber coloquial” discutido por Geertz (1997). Refere-se justamente ao sentido da tangibilidade do meio sobre o qual se constrói o saber. A própria dependência econômica se torna um aspecto que caracteriza a interação com o meio

ambiente. Portanto, aspectos como observação, contato e dependência dão um sentido prático a este conhecimento. Ressalte-se que este tipo de conhecimento de populações tradicionais não está reduzido unicamente a termos de utilidade, pois, como afirma Geertz (1997), este conhecimento pode ser materialmente útil no sentido exato da palavra ou não.

Em Batateira, o conhecimento construído sobre o espaço natural não se esgota na atividade produtiva, ele vai além do ecossistema de manguezal se estendendo, por exemplo, à restinga que não oferece a realização de nenhum tipo de atividade produtiva, identificando plantas e animais, sobretudo, cobras e pássaros, existente no entorno. Guardadas as devidas dimensões, do ponto de vista da estrutura e organização social, é possível cotejar Lévi-Strauss em sua afirmativa que as populações tradicionais escolhem espécies naturais não por estas serem boas para comer, mas sim, porque são “boas para pensar” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 94), antecipando que mundo animal e o vegetal propõem ao indivíduo um método de pensamento.

Este conhecimento, além de favorecer e possibilitar a realização da atividade estabelece a rotina diária da população, definida, em última análise, em termos ecológicos, organiza a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero de um modo geral, bem como orienta alguns rituais religiosos e de cura. Desse modo aspectos materiais e econômicos se relacionam com as estruturas de pensamento e ambos organizam a vida local e estabelecem comportamentos dentro desta cultura, a qual tem como centro o manguezal.

O saber é transmitido através das gerações. Em Batateira, as gerações antecessoras já realizavam o trabalho de coleta. As subseqüentes, a segunda e a terceira, em formação, já compartilham deste saber. A cultura local organiza um sistema de classificação do ambiente. Como afirma Morin (2005), a cultura é organizada via o veículo cognitivo que é a “linguagem”. Neste sentido, trata-se aqui da taxonomia local, sistema de significados que classifica as espécies através da linguagem. Observam-se classificações das variações de marés, vegetação do manguezal e fauna. A população de Batateira percebe a variação das marés através de critérios temporais, sendo um ciclo mensal e um ciclo diário. O primeiro e mais longo, refere-se às alternâncias semanais orientadas pela lua, enquanto que o segundo se refere a alternâncias de curto prazo, num período de um dia.

Deste modo, o ciclo mensal varia, segundo a percepção da população, entre “maré grande” e “maré morta”, alternadas pela “maré de lançamento” e pela “maré morrendo” ou “maré quebrando”. Estes estágios intermediários se estendem durante praticamente uma semana. No

período de “maré grande”, o volume de água aumenta e diminui em toda a sua capacidade, de modo que todo o mangue é inundado pelas águas, a maré “lava o mangue”. Em períodos de “maré morta”, não há muita variação, “a maré não enche e nem vaza toda, fica fraca, não corre muito”, ou seja, não chega a alagar completamente o mangue.

No período de um dia, a maré varia entre “maré de enchente” e “maré de vazante”. Isto corresponde à variação diária da maré em períodos alternados de seis horas. Conforme afirmam, a cada dia a maré muda de horário em cerca de cinquenta minutos. Quer dizer, se em um dia ela “amanheceu de vazante” às oito horas da manhã, no dia seguinte ela irá amanhecer de vazante às oito horas e cinquenta minutos.

A saída para mariscar é regulada pela maré baixa, pois a lama do mangue fica descoberta de água. Deste modo, a população define duas outras classificações das marés: “maré cedoira” e “maré tardeira”. Estas são variações da maré definidas a partir do horário que ela “entra” no mangue. Ou seja, se a maré amanhece de “vazante”, ela é chamada de maré cedoira e, assim, é possível ir trabalhar pela manhã. Quando a maré amanhece de enchente e começa a esvaziar à tarde, a maré é tardeira, pois só é possível ir trabalhar à tarde. Observa-se que tais classificações correspondem ao que Evans-Pritchard (2005) trata como tempo ecológico que é definido pelos ciclos do ambiente, de modo que o ritmo ecológico acaba por regular as atividades sociais. Assim, estes ciclos de marés orientam a vida e a rotina local, sobretudo, a rotina diária das mulheres marisqueiras.

Sobre a cobertura vegetal do manguezal, as marisqueiras e marisqueiros atribuem algumas características e qualidades diferenciadas entre os tipos que são encontrados no local. A classificaçãoêmica diferencia o mangue vermelho, o mangue branco e o siriiba⁶ através de suas características e qualidades reconhecidas.

O mangue vermelho e o mangue branco ficam, às vezes, misturados um ao outro. No entanto, há diferença no tamanho, no formato e na cor das folhas. Em linhas gerais, as principais características apontadas em relação ao mangue vermelho são folhas mais largas e compridas e de tom de verde mais escuro em relação ao mangue branco. Outra característica refere-se às raízes. O mangue vermelho tem as raízes mais trançadas que o mangue branco. Esse tipo de mangue é utilizado para extrair uma tinta vermelha chamada de “tinta do mangue” pela população. Esta tinta serve para pintar a canoa e assim proteger contra o buzano, um bicho

⁶ Chamado assim pela população local e apresentado na literatura como siriúba.

que destrói a madeira. Para pintar a embarcação, jogam-se cascas dentro da canoa juntamente com água, extraindo a tintura que se fixa à madeira.

A casca do mangue branco apresenta uma coloração esbranquiçada. As suas raízes não são tão trançadas, ou emaranhadas, quanto o mangue vermelho. A sua folha é mais clara e com formato arredondado. O mangue branco ainda é mais alto que o mangue vermelho, uma vez que não é muito trançado ele cresce mais. Poucos se remeteram ao siriiba; a principal característica apontada para este tipo de mangue é a presença de folhas bem miúdas.

Outra característica do manguezal reconhecida é a diferença entre os tipos de lama. São encontrados dois tipos de lama, a depender do local: “lama dura” e “lama mole”. O “lamarão” é uma variação da lama mole, é mais movediça que as outras. Na lama dura, o tamanho da lambreta fica menor, devido às características ambientais, porém é possível encontrá-la em maior quantidade. Já na lama mole, o tamanho do molusco é maior embora seja encontrado em menor quantidade. Segundo os moradores, alguns lugares de mangue branco não apresentam lambreta, ao contrário do mangue vermelho que apresenta todas as espécies mariscadas pela população. O trançado das raízes também é associado ao tipo de lama. Deste modo, no lugar da lama mole, o mangue é “mais aberto”, tem “mais espaço”, é menos trançado. Enquanto que nos locais onde a lama é mais dura, o mangue é mais trançado.

A decomposição orgânica, característica dos ecossistemas com a finalidade de gerar energia, é observada pelos trabalhadores através da decomposição das folhas. Identificam esta decomposição pelo cheiro que fica no mangue, cheiro de coisa “podre” como observam.

A população local também identifica e classifica muitos dos animais que vivem no manguezal⁷. Identifica-se a presença de guaxinins, pacas, cobras como surucucu e jararacuçu, aves como martim-pescador, garça, andorinha, peixes como a caranha, (bastante temido pelo seu tamanho) e caramuru, que se esconde no “oco” de troncos de árvores. Outros animais são identificados como mucutuca, miroró, tamaru, sarará, etc. Siris, ostras, sururus e aratus são identificados e comercializados em menor escala.

O caranguejo é um crustáceo extremamente importante para a economia local. Coletado majoritariamente pelos homens, a sua comercialização representa grande fonte de renda para a

⁷ A fauna deste ecossistema é bastante diversificada, sendo constituída de animais que nem sempre são exclusivos do mangue. A maior parte dela vem do ambiente marinho, sendo encontrados moluscos, crustáceos e peixes, embora mamíferos, aves e répteis também compoñham o ecossistema (LEITÃO, 1995).

população. A principal característica morfológica identificada é a diferença entre os machos e as fêmeas que são chamadas de “catita”. A diferença é encontrada no formato do “peito” do animal. O macho tem o peito mais estreito que a fêmea. Esta diferença é identificada ainda no rastro do animal. O rastro da catita é mais fino enquanto que o do macho é mais grosso⁸. Já o tamanho do buraco, a toca do caranguejo, corresponde ao tamanho do crustáceo. O próprio caranguejo faz seu buraco. Já o aratu, outro crustáceo, ele entra no do caranguejo. As marisqueiras consideram o aratu preguiçoso e vaidoso “anda por cima do mangue”, “fica se amostrando”.

O ciclo de vida do caranguejo é bem definido. Como afirmam, os caranguejos se escondem para engordar e mudar o casco, que muda de ano em ano. Os animais “tapam” o buraco neste período para se proteger de baiacu, moréia e siri que são seus predadores. A época reprodutiva do caranguejo é conhecida como “andada”. Neste período, os caranguejos saem da toca e andam pelo manguezal, como se estivessem no cio. Na época da andata de abril a catita “lava a sapupa” tirando as ovas de dentro do casco soltando na água do manguezal, estas têm coloração escura, preta. A cópula ocorre alguns dias antes da desova. Segundo uma marisqueira “a andata é quando o caranguejo se muda de um lugar pro outro, pra se acasalar e pra ter os filhotes deles.”

Na cadeia alimentar, que representa a circulação de energia dentro do ecossistema, o caranguejo obtém energia a partir do consumo de folhas. O caranguejo só se alimenta das folhas do manguezal, portanto, ele é mais forte que o siri, por exemplo, animal que se alimenta de outros animais. Como afirma um morador, o “caranguejo é mais forte porque não come nenhum animal”.

A lambreta é apresentada de uma forma mais simples⁹. A lambreta vive enterrada na lama e é reconhecida pela população por um pequeno orifício que faz de onde “mina” água. Não existe diferença visível entre a lambreta macho e a fêmea. A sua reprodução também desconhecida por uma parte dos trabalhadores que a identifica como “um mistério da lama”. Reconhecem que as lambretas miúdas podem crescer mais, deste modo, evitam pegá-las em grande quantidade quando as encontram ainda pequenas.

⁸ Esta diferença também foi identificada por Souto (2004) que afirma que esta identificação dos sexos a partir dos rastros adquire grande importância etnoconservacionista e produtiva, pois possibilita aos pescadores realizarem uma coleta seletiva. Segundo Brusca & Brusca (1990) citado por Souto (2004), a maioria dos machos possui apêndices torácicos modificados (gonópodos) para a transferência de espermatóforos durante a cópula.

⁹ Segundo Delfino (2005) a lambreta é um molusco filtrador que se enterra no substrato lodoso, na zona de águas calmas.

Sobre a obtenção de energia pelas lambretas, segundo os trabalhadores, esta se alimenta de lama¹⁰. Algumas questões são abordadas em torno da variação da salinidade. Segundo uma marisqueira, em tempo de chuva, a água fica mais doce, deste modo, a lambreta fica menos resistente e morre em poucos dias. A lambreta representa também uma importante fonte de renda para a população, se não a mais importante. A coleta da lambreta em Batateira é realizada majoritariamente pelas mulheres.

A gama de classificações desenvolvidas pela população para sistematizar à sua apreensão do ambiente circundante é compartilhada por todos os membros da comunidade, sendo transmitido por oralidade através das gerações. Este sistema de classificação possibilita, em última análise, a apropriação dos recursos naturais necessários à subsistência da população local. Nesse sentido, observa-se que se trata de um saber intrinsecamente ligado a um fazer, ainda que o conhecimento local sobre o ambiente não se limite à produção.

GÊNERO E SABER

Conforme Beck (1989), em comunidades pesqueiras oceânicas há uma distinção entre os saberes femininos e masculinos conforme o espaço de construção da sua identidade e a construção social deste mesmo espaço. Acrescenta que existem saberes exclusivos a cada gênero, domínios de saber que envolvem competências diversas. Os dois fazeres e os dois saberes são construídos a partir dos espaços ocupados por homens e mulheres.

A esse respeito, Morin (2005) vai dizer que nas sociedades nas quais há acumulação de saber sobre a vida vegetal e animal, os homens possuem por vezes um saber escondido às mulheres, e essas, um saber desconhecido dos homens. No entanto, em Batateira, o manguezal torna-se um espaço compartilhado sendo, portanto, compartilhado os saberes e os fazeres por homens e mulheres. Devido às condições ambientais, a população não tem acesso direto ao mar aberto, espaço, por excelência, masculino nas sociedades pesqueiras oceânicas. Nessa comunidade que seria uma “civilização do mangue” - expressão cunhada por Mourão citado por Diegues (1993) - e não propriamente uma comunidade oceânica, homens e mulheres dividem o mesmo espaço e, portanto, dividem o mesmo conhecimento. Nesse caso, a

¹⁰ Segundo Odum (1986), o ecossistema aquático apresenta uma variabilidade de materiais em suspensão, cuja fração orgânica do material particulado está principalmente constituída pelo fitoplâncton e detritos orgânicos, representando a disponibilidade de alimento para os organismos filtradores.

apropriação de conhecimento por parte das mulheres, do conhecimento associado à principal atividade produtiva local da qual ela também participa.

Essa posse de conhecimento permite que a mesma desempenhe uma atividade importante para a manutenção da economia local. Neste sentido, ao tratar do conhecimento, problematiza-se a questão colocada por Morin (2005) “conhecimento é poder e dá poder”, ou seja, o conhecimento é uma “fonte de poder”. Uma vez que as mulheres de Batateira compartilham com os homens conhecimentos sobre o ecossistema e técnicas de produção, observa-se que a interação com o ambiente proporciona à mulher alguma forma de poder.

Ao identificar na comunidade a participação feminina na vida econômica local, sua inserção em um espaço considerado por autores como Diegues como um espaço público, o compartilhamento de conhecimento com os homens, pode-se falar, de algum modo em visibilidade do trabalho feminino e conseqüente tomada de poder.

Buscou-se aqui observar as relações entre práxis e corpus, ou seja, entre a prática e o conhecimento, observando que ambos estão imbricados. Tais aspectos foram ainda observados sob a perspectiva de gênero. Buscou-se, enfim, compreender as relações entre as estruturas de pensamento, o viés econômico e a análise nas relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado ao longo deste trabalho, a atividade de mariscagem é a via de interação entre população de Batateira e o ambiente. Esta interação é proporcionada e proporciona a construção dos saberes locais sobre o manguezal, que contempla todo o ecossistema. A elucidação deste reconhecimento vem a contribuir para a idéia de não haver apenas um saber correto e universal, no caso o conhecimento científico. Do mesmo modo, é importante enfatizar que o desenvolvimento realizado de modo sustentado depende do uso correto dos recursos naturais. Assim, torna-se importante compreender a elaboração de estratégias de uso e manejo desses recursos pelas populações tradicionais que muitas vezes é marcada pelo respeito aos ciclos da natureza.

Outro aspecto apontado pela pesquisa diz respeito ao conhecimento e os saberes adquiridos são compartilhados por todos os membros da comunidade e transferido por oralidade através

das gerações, assim como as técnicas de produção, diferentemente de sociedades que vivem da pesca marítima, em que o conhecimento sobre o mar e sobre as técnicas de pesca é negado à mulher, tornando seu trabalho invisível, portanto, não reconhecido na comunidade. Ao se apropriar do conhecimento produtivo e participar da principal atividade econômica, a mulher deixa de ocupar este lugar de invisibilidade e passa a ter sua importância reconhecida.

Esta visibilidade pode ser observada como uma forma de aquisição de poder pelas mulheres em relação à possibilidade de autonomia e a auto-confiança que ela aí desenvolve, no entanto, vários são os aspectos nos quais se verifica a opressão da mulher. O primeiro aspecto a ser considerado é que seu trabalho assume caráter de “ajuda” e não de centralidade na economia, o homem é o chefe do lar, e as mulheres devem, em certo sentido, obedecer-lhos. A divisão sexual do trabalho que é definida com base, sobretudo, na fragilidade feminina e na possibilidade de maior rendimento masculino, também expressa dominação masculina uma vez que determina um lugar secundário à mulher na manutenção produtiva da comunidade. A dupla jornada de trabalho também se configura como uma expressão de opressão. A violência doméstica, a baixa remuneração, a privação de direitos básicos, como direito a saúde, emprego, educação, direitos trabalhistas, sobretudo na atividade pesqueira que é caracterizada pela invisibilidade feminina, não acesso ao poder político, etc, também são aspectos da opressão vivenciada por essas mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, André. **Os argonautas do mangue**. Precedido de Balinese character (re)visitado / Etienne Samain - Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BECK, Anamaria. **Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina**. Rio Grande do Norte, Natal: 1989. (Programa de pesquisa e conservação de áreas úmidas do Brasil, IOUSP – F. Ford – IUCN) Fórum de discussão sobre o universo social da mulher, a pesca e sua relação com a ecologia. [s.n]

BRUSCA, R.C.; BRUSCA, G.J. **Invertebrates**. Massachussets (EUA): Sunderland, 1990. Apud SOUTO, Francisco José Bezerra. **A ciência que veio da lama**: uma abordagem etnoecológica da relação homem/manguezal na comunidade pesqueira do Acupe, Santo Amaro-BA. 2004. 319f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

DELFINO, Ana Carolina Soares. **Estudos complementares da dinâmica de população de *Lucina pectinata* (Gemelin, 1971), no ecossistema de manguezal de Garapuá – Cairú –**

Bahia. 2005. 79f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas – Recursos Ambientais), Instituto de Biologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia Humana e Planejamento em áreas costeiras.** NUPAUB/USP, São Paulo: 1995.

_____ (Coord.) Inventário de Valença e Camamu. In: _____ **Povos e águas:** Inventário de áreas úmidas. Inventário de áreas úmidas do Brasil, versão preliminar. São Paulo: USP/F. Ford/UICN. 1990

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Atlas do meio ambiente do Brasil.** Brasília, Terra Viva: 1996.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local.** Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp.

IVO, Anete Brito Leal. **Pesca: tradição e dependência.** Um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade ‘tradicional’ na área urbano-industrial de Salvador. 1975. n de folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

LEITÃO, Sigrid Neumann. A fauna do manguezal. In SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Manguezal:** ecossistema entre terra e mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995. Cap. 5. p. 23-29.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis, Vozes: 1982.

MORIN, Edgar. **O método IV:** habitat, vida, costumes, organização. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4º ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURÃO, F. **Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo.** São Paulo. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: 1971. Apud DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia Humana e Planejamento em áreas costeiras.** NUPAUB/USP, São Paulo: 1995.

NUNES, Eduardo Fernandes. **Pescadores de Najé:** um estudo sobre relações sociais e impacto ambiental. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.

ODUM, Eugene. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988.

ORLOVE, Benjamin S. Ecological anthropology. **Annual Review of Anthropology.** 1980. 9: 235-273.

SANTOS, Eurico. **Moluscos do Brasil:** vida e costume. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SOUTO, Francisco José Bezerra. **A ciência que veio da lama:** uma abordagem etnoecológica da relação homem/manguezal na comunidade pesqueira do Acupe, Santo Amaro-BA. 2004. 319f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Verbetes.** Disponível em <http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/estuario.htm>. Acessado em: 11 e maio de 2207.

VIERTLER, Renate Brigitte. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: SEMINÁRIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DO SUDESTE. 1.,2001, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro-SP: UNESP/CNPq, 2002. p. 11-29.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste.** Série Antropológica, Brasília, 1991.